



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

LAM-5

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Recurso nº. : 118.944
Matéria : IRPJ - Ex.: 1992
Recorrente : IMPORTADORA E EXPORTADORA FARIAS LTDA.
Recorrida : DRJ em FORTALEZA-CE
Sessão de : 15 de Abril de 1999
Acórdão nº. : 107-05.618

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO. Ao declarar nula a notificação de imposto suplementar e determinar o retorno dos autos à Autoridade Lançadora para análise e verificação, a Autoridade "a quo" deixou científico que os autos não estavam conclusos. Decorre ser desnecessário a lavratura de um Termo de Início de Ação Fiscal.

ESPONTANEIDADE - ART. 47 DA LEI N° 9.430/96. A espontaneidade explicitada no comando do artigo 47 do diploma legal acima citado refere-se apenas aos tributos já declarados. Não tem igual conotação sobre diferença apurada pelo fisco em razão de procedimento de ofício.

IRPJ - CORREÇÃO MONETÁRIA - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS. A partir do ano calendário de 1992 o prejuízo fiscal apurado a ser compensado com o lucro real apurado nos meses subsequentes deverá ser corrigido monetariamente com base na variação acumulada da Ufip diária, nos termos dos parágrafos 7º e 8º do art. 38 da Lei n° 8383/91.

Vistos relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por IMPORTADORA E EXPORTADORA FARIAS LTDA.,

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO
RELATORA

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

FORMALIZADO EM: 17 MAI 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANIEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

ff

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

Recurso nº. : 118.944
Recorrente : IMPORTADORA E EXPORTADORA FARIAS LTDA.

RELATÓRIO

IMPORTADORA E EXPORTADORA FARIAS LTDA., empresa qualificada nos autos do presente processo, recorre a este Egrégio Conselho de Contribuintes da decisão prolatada pelo Sr. Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Fortaleza que julgou procedente o lançamento consubstanciado no auto de infração de fls. 41.

Em revisão interna - malha fazenda - o Fisco lançou, através de notificação eletrônica de lançamento suplementar, o imposto de renda pessoa jurídica referente a glosa de parte da correção monetária de prejuízos anteriores, conforme demonstra.

Cientificado desta notificação eletrônica, o contribuinte interpôs impugnação tempestiva e a Autoridade "a quo" anulou o lançamento porquê efetuado em desacordo com o disciplinado na IN SRF nº 54, de 13/06/97, ao mesmo tempo em que recomendou a emissão, caso fosse necessário, de um outro lançamento efetuado nos termos da lei, com o intuito de salvaguardar os interesses da Fazenda Nacional. Deste ato deixou de recorrer de ofício, em virtude de ser o lançamento nulo "ab initio", razão considerada suficiente para exonerar o crédito tributário.

Porém, o crédito tributário exonerado está abaixo do limite estipulado pelo inciso I, do art. 34 do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.748/93.

Cientificado, o contribuinte novamente interpôs impugnação tempestiva, cujas razões foram consideradas improcedentes pela Autoridade "a quo", nos termos da Decisão acostada às fls. 58/61, cuja ementa transcrevo:

"IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

Termo de Início de Fiscalização

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

O Termo de Início de Fiscalização só se faz necessário quando a autoridade administrativa procede ou preside a qualquer diligência de fiscalização externa, não sendo um pré-requisito para que o lançamento de ofício possa ser efetuado.

Aplicação de Acréscimos Legais - Art. 47 da Lei n° 9.430/96

Não pode ser considerado como tributo "já declarado", a que se refere o art. 47 da Lei n° 9.430/96, o imposto suplementar apurado pelo fisco, em decorrência da revisão da declaração de rendimentos.

Compensação de Prejuízos

O prejuízo compensável é o apurado na demonstração do lucro real e registrado no Livro de Apuração do Lucro Real, corrigido monetariamente até o balanço do período-base em que ocorrer a compensação.

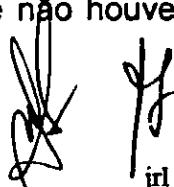
Deste ato houve a interposição de recurso voluntário, alegando razões de fato e de direito, que estão consubstanciadas às fls. 65/69, que a seguir alinho:

O Fisco não observou os requisitos necessários para a lavratura do lançamento ao deixar de emitir o Termo de Início de Fiscalização, e, assim procedendo, ceifou-lhe o direito de pagar espontaneamente o tributo devido, nos termos do artigo 47 da Lei n° 9.430/96, cujo teor transcreve.

Que neste caso, a ação fiscal deu-se de forma "escondida", não tendo tomado conhecimento de qualquer procedimento fiscal e que tomou conhecimento do lançamento através do AR.

Por estas razões, considera nulo o lançamento.

Quanto ao mérito, continua persistindo em demonstrar que não houve erro cometido ao corrigir os prejuízos contábeis como efetuado.



jl

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

Ao final, requer seja anulado o auto de infração, por "defeito processual insanável, ou seja cancelada a exigência, por motivos de mérito".

Há, nos autos, a decisão do mandado de segurança determinando o recebimento e encaminhamento do recurso a este Egrégio Conselho de Contribuintes - documento de fls. 76/82.

É o Relatório.


jrl

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

V O T O

Conselheira - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora

Recurso tempestivo. Assente em lei. Dele tomo conhecimento.

De pronto cumpre esclarecer que tanto a preliminar quanto as razões de mérito, argüidas pelo recorrente no recurso, já foram suficientemente analisadas pela Autoridade "a quo" na decisão recorrida e não estão a merecer reparos.

A primeira decisão - a que anulou o lançamento suplementar - ao apresentar as razões e os considerandos assim pronunciou:

"DECLARO NULO o lançamento objeto da presente lide (extrato às fls. 28), ao mesmo tempo em que recomendo a emissão, se for o caso, de nova notificação de lançamento, em conformidade com a Instrução Normativa retrocitada, por parte da autoridade lançadora, visando salvaguardar o interesse da Fazenda Nacional."

Desta decisão o contribuinte foi cientificado em 13 de Novembro de 1992.

Isto produz, como consequência, o conhecimento do contribuinte de que os autos retornaram à Autoridade Lançadora para análise e, se fosse o caso, outro lançamento deveria ser efetuado, como de fato aconteceu.

Não seria necessário, portanto, a lavratura do Termo de Início de Fiscalização.

Processo nº. : 10380.005712/97-66
Acórdão nº. : 107-05.618

O procedimento fiscal adotado foi correto, haja vista o erro de correção monetária praticado pelo recorrente, e o procedimento adequado que está demonstrado às fls. 42 - DEMONSTRATIVO DAS COMPENSAÇÕES DE PREJUÍZO.

Diante das considerações elencadas e, verificando que o recurso interposto trata-se de peça meramente protelatória, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das sessões (DF), 15 de Abril de 1999.

MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO